



## **O SENAI como modelo para o ensino industrial: notas sobre cooperação técnica e circulação de conhecimento entre Brasil e EUA (1948-1949).<sup>1</sup>**

*SENAI as a model for industrial education: notes on technical cooperation and the circulation of knowledge between Brazil and the USA (1948-1949).*

---

**Adriana Mendonça Cunha**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0377-8745>.

Doutora em História (Fiocruz).  
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS).  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8814713580643406>  
E-mail: [adriana@getempo.org](mailto:adriana@getempo.org).

---

<sup>1</sup> Este artigo é um desdobramento da pesquisa de doutorado realizada pela autora junto à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) financiada com bolsa Capes.

## Resumo

Este artigo discute a relação entre o ensino industrial brasileiro e os programas de assistência técnica firmados entre Brasil e Estados Unidos no pós-Segunda Guerra. Para tanto, recorro às observações do pesquisador estadunidense Robert King Hall sobre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). Hall era professor da Universidade de Columbia e atuou como consultor em vários países, a exemplo do Brasil e do Irã. Neste último, ele chegou a sugerir a adoção de escolas industriais seguindo o modelo do SENAI. A partir dos apontamentos de Hall, procuro demonstrar o papel preponderante assumido pelos programas de assistência técnica nos intercâmbios científicos e educacionais entre os dois países durante a Guerra Fria, destacando a importância destas trocas na promoção da circulação transnacional de modelos educacionais.

## Palavras-chave

Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). Educação Industrial. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Relações Brasil-Estados Unidos.

### **SENAI as a model for industrial education: notes on technical cooperation and the circulation of knowledge between Brazil and the USA (1948-1949)**

## Abstract

This article discusses the relationship between Brazilian industrial education and the technical assistance programs signed between Brazil and the United States after the Second World War. To do so, I turn to the observations of American researcher Robert King Hall on the National Industrial Learning Service (SENAI) and the Brazilian-American Commission on Industrial Education (CBAI). Hall was a professor at Columbia University and worked as a consultant in several countries, such as Brazil and Iran. In the latter, he even suggested the adoption of industrial schools following the SENAI model. Based on Hall's notes, I seek to demonstrate the preponderant role played by technical assistance programs in scientific and educational exchanges between the two countries during the Cold War, highlighting the importance of these exchanges in promoting the transnational circulation of educational models.

## Keywords

Brazilian-American Commission on Industrial Education (CBAI). Industrial Education. National Industrial Learning Service (SENAI). Brazil-United States Relations.



## 1. Introdução

Este artigo discute a relação entre o ensino industrial brasileiro e os programas de assistência técnica firmados entre Brasil e Estados Unidos no pós-Segunda Guerra. Para tanto, recorro às observações do pesquisador estadunidense Robert King Hall sobre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). A partir dos seus apontamentos, procuro demonstrar o papel preponderante assumido pelos programas de assistência técnica nos intercâmbios científicos e educacionais entre os dois países durante a Guerra Fria.

O trabalho apoia-se nos estudos sobre circulação que procuram analisar as dinâmicas pelas quais os conhecimentos “se movem” mediante encontros e trocas multidirecionais e que vão além de fronteiras geográficas e culturais estabelecidas. (Secord, 2004). Partindo de um caso específico, busco demonstrar a complexidade desses processos que envolvem não apenas encontros e articulações, mas também negociações, disputas e tensões. Como fontes, utilizei os artigos produzidos por Hall sobre a educação industrial brasileira, publicados no *Bulletin of the Pan American Union*. Além deles, fiz uso de matérias de jornais que divulgaram a passagem do pesquisador estadunidense pelo Brasil e a repercussão de seus elogios ao SENAI, propagados pela imprensa brasileira.

Professor do *Teachers College* da Universidade de Columbia, Robert King Hall mantinha contatos com o campo educacional brasileiro desde 1940, quando iniciou suas primeiras investigações no país. Reconhecido como um especialista em educação comparada, o pesquisador estadunidense atuou não só como docente em prestigiadas instituições como Harvard e Columbia, como também prestou assessoria técnica para empresas privadas e países como Irã e Brasil.<sup>2</sup> As questões que mobilizavam os estudos desenvolvidos por Hall estavam diretamente conectadas ao contexto geopolítico da época, marcado pelo conflito ideológico entre Estados Unidos e União Soviética, a Guerra Fria.

Na nova ordem que se desenhava, as relações entre Brasil e Estados Unidos deveriam ser firmadas por meio de acordos que promovessem a colaboração técnica e os investimentos oriundos

---

<sup>2</sup> Para mais informações acerca das viagens e contatos realizados por Robert King Hall com o campo educacional brasileiro, consultar: CUNHA, Adriana Mendonça; KROPF, Simone Petraglia. Good Neighbor Education: Robert King Hall's Travels to Brazil in the 1940's. In: VALIM, Alexandre Busko; MAUAD, Ana Maria (Org.). **New Perspectives on the Good Neighbor Policy**. 01ed. Maryland: Lexington Books, 2023, p. 123-144.



de iniciativa privada. As observações de Hall apontam para um intelectual engajado na defesa de tais pressupostos, mas também ajudam a lançar luzes sobre a complexidade dos processos de circulação de conhecimento entre as nações. Após conhecer o SENAI, ele se mostraria bastante entusiasmado, chegando a sugerir ao governo do Irã, para o qual prestou assessoria em 1949, a adoção de escolas industriais baseadas no modelo brasileiro. Este caso, embora não anule o caráter assimétrico e imperialista dos intercâmbios entre os dois países, ajuda a problematizar uma visão enraizada de que “nós” (periferia) somos meros espectadores, prontos para aprender o que “eles” (centro) estão dispostos a nos ensinar.

## 2. *Relações Brasil-EUA, a Guerra Fria e os programas de assistência técnica*

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil passou por uma série de transformações, resultantes de um rápido processo de industrialização e urbanização. O fim do conflito marcou também o término do Estado Novo (1937-1945), regime comandado por Getúlio Vargas que se encontrava no poder desde 1930. A partir de 1946, o presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra assumiu o país e promulgou uma nova Constituição. Nela, garantiam-se a realização de eleições livres, liberdades civis, de associação e de imprensa. O voto se tornava obrigatório e direito de todos os cidadãos, de ambos os sexos, maiores de dezoito anos e alfabetizados. O exercício da cidadania encontrava no campo educacional o principal obstáculo a ser enfrentado, mais da metade da população brasileira não era alfabetizada. (Bethell, 2018).

Embora o regime democrático tivesse sido restabelecido no país, a gestão Dutra foi marcada pelo controle dos sindicatos e o combate ao comunismo. Greves foram duramente reprimidas, líderes sindicais presos e funcionários públicos perseguidos. A perseguição a estes grupos foi intensificada a partir de 1947, quando, sob pressão do governo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cancelou o registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o quarto maior do país. Em outubro, todos os funcionários públicos pertencentes aos quadros do PCB foram demitidos e, em janeiro de 1948, todos os mandados do partido foram cassados. (Munhoz, 2011).

No campo econômico, Dutra procurou combater a forte inflação por meio da limitação de gastos públicos, controle de crédito e abertura comercial e financeira ao capital privado externo. Todavia, a adoção desta medida gerou uma forte crise cambial, resultante do acúmulo de moedas



inconvertíveis. Para controlar a situação, o governo esperava obter empréstimos dos Estados Unidos, mas, tais recursos não foram disponibilizados. A partir de 1947, o governo passou a limitar as importações de bens de consumo, estimulando a entrada de bens de capital no intuito de estimular a substituição de importações. O objetivo era combater o problema cambial subtraindo importações por produção doméstica. Estas ações acabaram por impulsionar a produção industrial nacional. (Bastos, P., 2003; Abreu, 2018).

Já no plano internacional, o Brasil alinhou-se aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. A postura adotada pelo governo Dutra estava fundada na crença de que, como único país latino-americano a enviar tropas para a Europa, ele ocuparia, ao lado dos Aliados, uma posição de relevo na nova ordem global. O Brasil desejava manter-se como principal parceiro do governo estadunidense no continente, recebendo o apoio econômico necessário para se consolidar como potência hegemônica na América do Sul. (Hilton, 1981; Hirst, 2009).

Acabada a Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi perdendo seu poder de barganha à medida que os estadunidenses se voltaram para a reconstrução da Europa e da Ásia, visando conter o avanço soviético. Para o governo estadunidense, as relações com o Brasil deveriam ser fortalecidas através da ampliação de acordos militares e econômicos que envolvessem mais cooperação técnica e menos recursos financeiros. Neste sentido, foi criada em 1948, a Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos, mais conhecida como Missão Abbink. Chefiada pelo estadunidense John Abbink, contava com a participação de vários brasileiros, liderados por Otávio de Bulhões. A comissão, dividida em grupos de estudos especializados, elencou como temas prioritários o comércio, a agricultura, os recursos minerais, a indústria e os meios de transporte.

Apresentado em 1949, o relatório produzido pela comissão sugeria a abertura da economia ao capital privado, com o Estado coordenando a entrada de investimentos. (Hirst, 2009). As recomendações não foram bem aceitas por setores industriais e militares nacionalistas, que defendiam a necessidade de empréstimos para impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Até o desmembramento da comissão, em 1950, nenhum dos projetos propostos foi colocado em funcionamento. Este exemplo demonstra como Brasil e Estados Unidos possuíam visões distintas quanto ao tipo de cooperação que deveria ser estabelecida entre os dois países. (Callichio, 2010).

Ainda em 1949, o presidente Truman anunciou a criação de um programa de assistência técnica e econômica conhecido como Ponto IV. A partir da assinatura de acordos bilaterais, o Ponto IV



materializava projetos que abrangiam as áreas de economia, administração, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação e transportes. A redução dos recursos não significou, necessariamente, o fim da cooperação entre os dois países. No Brasil, o Ponto IV atuou nas áreas de mineração e mapeamento de materiais estratégicos, cooperação técnica na área de engenharia, saneamento e formação industrial. (Damasceno, 2022).

Além disso, o Ponto IV estimulou a criação de programas de formação profissional, estabelecendo parcerias entre universidades estadunidenses e brasileiras. Desta cooperação teve origem a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), criada, em 1954, como resultado de acordos bilaterais entre Brasil e EUA. (ABREU, A., 2010). A formação da EAESP contou com a participação de professores da Universidade de Michigan, que integraram os primeiros quadros docentes da instituição. (Vale et. al., 2013).

As trocas e os interesses pelo Brasil, portanto, não foram interrompidas, mas redirecionados no novo cenário do pós-guerra e da Guerra Fria. Neste sentido, as parcerias entre instituições e intelectuais tiveram papel central na mobilização de redes e trocas entre os dois países. Programas de cooperação técnica, especialmente investigações acerca dos campos industrial e rural, contaram com a participação de diversas organizações e pesquisadores nacionais e estrangeiros.

### 3. *Ensino Industrial e a cooperação Brasil-EUA: o SENAI e a CBAI*

Ao analfabetismo, principal problema educacional do país, juntava-se o crescimento do êxodo rural e a falta de mão de obra qualificada para atuar na indústria. Os debates em torno desta modalidade de ensino ocorreram no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) e da Confederação Nacional dos Industriários (CNI), dando origem a duas leis. Promulgadas em 1942, elas instituíram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Lei Orgânica de Ensino Industrial.<sup>3</sup>

---

3 BRASIL. Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 19342. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/De14048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De14048.htm). Acesso em 18 de setembro de 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Promulga a Lei Orgânica de Ensino Industrial. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 de setembro de 2023.



O sistema oficial de ensino industrial, estruturado pelo ministro Gustavo Capanema a partir da Lei Orgânica, estava dividido em dois ciclos. O primeiro era composto pelo fundamental (três/quatro anos) e o básico (curso de maestria de dois anos). O segundo, com duração de três a quatro anos, destinava-se à formação técnica. Possuía, ainda, um curso de formação pedagógica, a fim de habilitar professores para lecionar nas escolas industriais. (Brasil, 1942).

Vale ressaltar que os alunos formados no ensino técnico não poderiam se candidatar aos cursos superiores, mantendo-se, assim, uma separação entre o ensino secundário e profissional. Uma mudança só foi operacionalizada em 1953, quando a Lei 1.821 passou a permitir aos alunos que tivessem concluído o curso técnico industrial, comercial ou agrícola ingressar no ensino superior, depois de se submeterem a exames de adaptação para verificar a equivalência. Somente com a Lei de Diretrizes e Bases (1961) os cursos secundários e profissionais seriam equivalentes, permitindo o ingresso no ensino superior. (Romanelli, 1986, p.150).

O SENAI, por sua vez, surgiu da demanda dos industriários por mão de obra para o setor e, por isso, estava voltado para a construção de escolas de aprendizagem industrial, sob a direção do CNI, oferecendo cursos de curta duração a fim de preparar aprendizes para atuarem na indústria e formação continuada para trabalhadores já inseridos neste ramo. As escolas seriam mantidas pelos estabelecimentos industriais por meio de uma contribuição mensal, arrecadada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e repassada ao SENAI. O decreto de 1942 obrigava as empresas a custear os cursos e manter 8% dos seus quadros com menores aprendizes do total de operários, obrigando também a frequência obrigatória dos menores em suas escolas, destinadas aos filhos, irmãos e órfãos cujos pais tivessem vinculados com o ramo industrial. (Cunha, L. 1981; Silva, L. 2010; Müller, 2012).

A formação de mão de obra qualificada para a indústria foi um dos focos de interesse do Ponto IV no Brasil. Conforme indicado, a cooperação técnica foi um dos pilares dos intercâmbios incentivados pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Em 1946, uma parceria entre os dois países foi firmada dando origem à Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). A CBAI concedia bolsas de estudo para professores e diretores de estabelecimentos de ensino industrial realizarem cursos de formação nos EUA e promovia a tradução de material técnico para ser utilizado nas escolas industriais. (Bandeira, 2011).





A partir de acordo firmando entre o Ministério da Educação e Saúde e o *Inter-American Educational Foundation Inc.*, estabeleceu-se a criação de uma comissão de cooperação educacional entre os dois países, dirigida por um superintendente brasileiro e um representante estadunidense.<sup>4</sup> Os escolhidos para representarem seus países foram Francisco Montojos, diretor do ensino industrial e, John B. Griffin, como representante estadunidense. Griffin mantinha relações com o campo educacional brasileiro desde os anos de 1930. Entre 1936 e 1939, havia sido professor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV). Sua atuação nesta instituição foi marcada pelo estímulo à ida de professores brasileiros aos Estados Unidos para realizarem cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação. (Saboni; Borges, 2023).

Através da CBAI procurava-se promover o intercâmbio entre professores do ensino industrial dos dois países. A partir da assinatura do convênio, a *Inter-American Education Foundation Inc.* enviaria um corpo de especialistas ao Brasil para, em conjunto com autoridades brasileiras, realizar estudos e pesquisas para definir as necessidades do ensino industrial. O programa previa também a ida de administradores, educadores e técnicos brasileiros aos Estados Unidos para realizar cursos, proferir conferências, lecionar em instituições estadunidenses (Fonseca, 1961, p.564). A CBAI se organizava em torno de 12 pontos:

- 1) Desenvolvimento de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de professores, instrutores e administradores;
- 2) Estudo e revisão do programa de ensino industrial;
- 3) Preparo e aquisição de material didático;
- 4) Ampliação dos serviços de bibliotecas; verificar a literatura técnica existente em espanhol e português; examinar a literatura técnica existente em inglês e providenciar a aquisição e tradução das obras que interessarem ao nosso ensino industrial;
- 5) Determinar as necessidades do ensino industrial;
- 6) Aperfeiçoamento dos processos de organização e direção de oficinas;
- 7) Desenvolvimento de um programa de educação para prevenção de acidentes;
- 8) Aperfeiçoamento dos processos de administração e supervisão dos serviços centrais de administração escolar;
- 9) Aperfeiçoamento dos métodos de administração e supervisão das escolas;
- 10) Estudo dos critérios de registros de administradores e professores;
- 11) Seleção e orientação profissional e educacional' dos alunos do ensino industrial;

---

4 BRASIL. Decreto-Lei nº 9.724, de 03 de setembro de 1946. Aprova o acordo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e a Inter-American Educational Foundation Inc., sobre educação industrial vocacional. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9724-3-setembro-1946-458393-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 de setembro de 2023.





12) Estudo das possibilidades do entrosamento das atividades de outros órgãos de educação industrial que não sejam administrados pelo Ministério da Educação, bem como a possibilidade de estabelecer outros programas de treinamento, tais como ensino para adultos etc. (Fonseca, 1961, p.565).

Suas atividades duraram até o início dos anos 1960, marcando uma longa colaboração entre técnicos dos dois países. A comissão possuía, ainda, um boletim no qual as atividades eram divulgadas. A primeira edição foi aberta por um artigo em que o representante estadunidense, John B. Griffin, justificava a criação da CBAI e o interesse dos Estados Unidos em cooperar com o Brasil.

Segundo Griffin, os estadunidenses estavam dispostos a trabalhar “em conjunto com líderes brasileiros e de outras nações latino-americanas no desenvolvimento de aspectos de ensino, principalmente os que se referem à saúde, eficiência de produção e bem-estar”. Tal desejo de cooperação se fundamentava na concepção de que “os EUA não aceitam a teoria antiquada de que algumas nações deveriam ser fortes e ricas e fabricar mercadorias para vender às nações mais pobres que só produzem matérias-primas.” (Griffin, 1947, p.01).

#### 4. *As observações de Hall sobre o ensino industrial brasileiro*

Interessado nos avanços educacionais do Brasil, Robert King Hall chegou ao país em 1948 para observar o ensino industrial brasileiro. Em Belo Horizonte (MG), visitou escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e entrou em contato com os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). Suas impressões estão presentes em três artigos, dois deles foram publicados no *Bulletin of the Pan American Union*, intitulados *Industrial Education in Brazil* e *The CBAI: Brazilian-United States cooperation in industrial Education*. Um terceiro texto, também assinado por Hall foi lançado, em português, no periódico *O Jornal* (RJ) em novembro de 1948.<sup>5</sup>

Afirmando estar confiante no futuro brasileiro, o pesquisador estadunidense destacava que “os dias de uma economia predominantemente agrícola e de uma única *commodity* de exportação já passaram para sempre” (Hall, 1948a, p.497). Se o processo de industrialização pelo qual o país

5 HALL, Robert King. Industrial Education in Brazil. **Bulletin of Pan American Union**, September 1948a, p.497. HALL, Robert King. The CBAI: Brazilian-United States cooperation in industrial Education. **Bulletin of the Pan American Union**, October 1948b, p.576-577. HALL, Robert King. Educação industrial no Brasil. **O Jornal**. Rio de Janeiro. Domingo, 21 de novembro de 1948c.



passava era espetacular, havia ainda um problema a ser solucionado: a formação de mão de obra qualificada para trabalhar na indústria. Ele ressaltava que esta realidade estava, aos poucos, mudando e isso se devia a duas iniciativas, uma de caráter nacional e outra de nível internacional. Hall referia-se à criação do SENAI e à Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI).

Embora o artigo esteja intitulado como *Industrial Education in Brazil*, a análise do pesquisador estadunidense focalizava apenas o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Hall desconsiderou o ensino industrial sob a tutela do Ministério da Educação e Saúde, não chegando sequer a desenvolver qualquer consideração sobre os estabelecimentos públicos.

Para o pesquisador estadunidense, a razão para o sucesso destes dois programas estava justamente na sua estrutura descentralizada. Embora o SENAI fosse reconhecido oficialmente e estivesse sob a supervisão do MES, ele apresentava “um afastamento tão radical do tradicional padrão brasileiro de controle centralizado que pode vir a ser a experiência educacional mais significativa nesta geração” (Hall, 1948b, p.500). Na avaliação de Hall, era a não interferência do governo federal que determinava, em grande medida, o sucesso do SENAI.

Ao seu ver, a industrialização associada às mudanças no cenário político nacional, estava contribuindo para a construção de uma educação nos moldes democráticos. O SENAI servia, segundo ele, como um exemplo: “a primeira grande experiência da América Latina em educação pós-primária descentralizada, dirigida por particulares e apoiada pelo governo federal”. (Hall, 1948c, p.09). Impressionado com a estrutura do SENAI, o pesquisador chamou atenção para os “excelentes edifícios modernos, o melhor equipamento disponível no mercado mundial, professores de e nível superior e liderança inspirada” (Hall, 1948c, p.09). Mas, acima de tudo, por estarem ligadas diretamente à indústria, estas escolas atendiam “às necessidades da indústria privada” com o intuito de preparar trabalhadores qualificados para atender as necessidades do país, ao invés de “cumprir algum padrão teórico” (Hall, 1948b, p.503).

O SENAI seria um exemplo de como o trabalho conjunto entre os setores privados e públicos contribuía para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, descentralizada e sob os moldes que ele considerava como sendo “democráticos”. Resumindo, o SENAI era “uma adição revolucionária e brilhante à educação brasileira”, pois conseguia reunir três elementos fundamentais: era financiado por fundos privados, era descentralizado e com autonomia em relação



ao Estado e tinha como intuito a formação de pessoal qualificado para o mercado de trabalho (Hall, 1948c, p.09).

Os elementos de sucesso do SENAI, na avaliação de Hall, se ligavam ao papel da liderança, à independência financeira e administrativa em relação ao governo central, à descentralização e à adaptação à realidade local (Hall, 1948b, p.504). Isso permitia ao SENAI realizar modificações e reorganizar suas instituições de acordo com as necessidades, não precisando se prender estritamente a uma diretriz única e “engessada”, como acontecia, segundo Hall, em políticas educacionais centralizadoras. Sem tecer nenhum comentário negativo sobre o SENAI, Hall fazia questão de externar seu entusiasmo, elogiando a iniciativa em palestras na Argentina e nos Estados Unidos.<sup>6</sup> Mais que isso, em 1949, quando integrou uma equipe de técnicos da Universidade de Columbia que prestou assessoria ao governo do Irã, ele teria sugerido a adoção deste modelo pelo país do Oriente Médio.<sup>7</sup>

As questões que eram objeto dos debates educacionais em voga no Brasil estiveram presentes também nas discussões travadas pelos educadores estadunidenses, especialmente no que se refere aos currículos das escolas (Kliebard, 2004). Nos Estados Unidos, estes debates remontam ao final do século XIX, quando a industrialização e urbanização elevaram as taxas de matrículas e as demandas por educação formal, principalmente, a formação de técnicos para trabalhar na indústria. Assim como estava acontecendo com o SENAI, nos Estados Unidos foram organizações privadas, principalmente instituições filantrópicas, que passaram a investir em cursos de treinamento industrial. O próprio *Teachers College*, onde Hall atuava, nasceu da *Industrial Education Association*, uma organização filantrópica voltada para a formação industrial e treinamento de professores (Cremin; Shannon; Townsend, 1954, p.11).

Posteriormente, o *Teachers College* acabou se especializando na formação de professores, vinculou-se à Universidade de Columbia e expandiu-se através de programas de pós-graduação (Rocha, 2020). O mesmo não aconteceria com o SENAI brasileiro, que se mantém voltado para a formação de técnicos para a indústria. O ponto aqui não é comparar estas duas instituições, mas

---

6 O testemunho de King Hall. **Diário de Pernambuco**. Recife. Domingo, 17 de outubro de 1948, p.07.

7 A mais original e significativa experiência educacional na América do Sul nos últimos 50 anos. **O Jornal**. Rio de Janeiro. Quarta-feira, 13 de maio de 1949, p.01. Hall faz menção a isso também no seguinte artigo: HALL, Robert King. Seven-Year Plan in Iran. **The Year Book of Education**, 1954, p.278-291.



mostrar os motivos que levaram Robert King Hall a elogiar o sistema de educação industrial que nascia no Brasil.

Instituições bem-sucedidas como o *Teachers College* surgiram dos investimentos dos setores privados em associação com o sistema público, algo que Hall via como essencial se o Brasil quisesse desenvolver, de fato, uma educação democrática de qualidade. Mais do que isso, o modelo de educação que Hall defendia foi construído a partir das suas experiências e observações, realizadas nos países pelos quais passou, mas também pelos debates que ocorriam nos Estados Unidos em torno dos currículos que deveriam ser adotados nas escolas.

Os elogios de Hall ao ensino industrial brasileiro foram amplamente divulgados na imprensa e utilizados em discursos a fim de legitimar o SENAI. Em outubro de 1948, Fernando Tude de Souza escreveu para o *Diário de Pernambuco (PE)* afirmando:

[...] telegramas de Nova York dizem que o conhecido educador fez referências elogiosas à maneira como o Brasil está enfrentando, no setor educativo, a fase de industrialização do país. Tive ensejo de palestrar com King Hall aqui e em Buenos Aires. Estava entusiasmado pela obra educativa do SENAI, destacando a capacidade de um dos seus dirigentes, o professor Joaquim Faria Gois<sup>8</sup>, sem dúvida alguma o nosso maior entendido em ensino industrial. King Hall escreveu um artigo sobre as suas impressões educacionais do Brasil, que merece ampla divulgação.<sup>9</sup>

Até 1949, os elogios de Hall repercutiram na imprensa brasileira, com inúmeras matérias e discursos em defesa da educação industrial e da importância do SENAI. O *Correio Paulistano* (SP), por exemplo, publicou, em abril de 1949, um discurso do deputado e diretor do SENAI, Euvaldo Lodi<sup>10</sup>, no qual o parlamentar faz uma eloquente defesa deste modelo escolar e aponta os elogios

8 Joaquim Faria de Góes foi um intelectual baiano, graduado em ciências jurídicas e mestre em educação pela Universidade de Columbia (1936). Quando Hall visitou o Brasil, Góes era o diretor do SENAI (1948-60). Hall negociou, junto ao Departamento de Estado, apoio financeiro para uma viagem de Faria de Góes aos Estados Unidos. Robert King Hall to Faria Goes. October 21, 1948. **The National Archives and Record Administration (NARA)**, RG 59, Folder 810.42711, College Park, Washington DC. Não foi possível obter maiores informações sobre essa proposta. No entanto, a existência dessa documentação e a reportagem mencionada, assim como o fato de Góes ter estudado no *Teachers College*, indicam que ele e Hall mantiveram contato. Sobre Góes, ver: AMARAL, Celina Pedrina Siqueira. **Joaquim Faria de Góes Filho e o ensino técnico secundário no Brasil na década de 1930: concepções e disputas**. 2017. Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG), 2017.

9 SOUZA, Fernando Tude de. O testemunho de King Hall. **Diário de Pernambuco**. Recife. Domingo, 17 de outubro de 1948, p.07.

10 Euvaldo Lodi foi um engenheiro e político mineiro. Presidiu a Confederação Nacional da Indústria (CNI) entre 1937 e 1954. Em 1944, chefiou a delegação brasileira enviada à Conferência de Bretton Woods, nos EUA, que criou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Em 1946, foi um dos fundadores do Serviço Social da Indústria (SESI). Ver: Euvaldo Lodi. Verbete. **Dicionário Histórico**



que Hall teceu sobre tal modelo.<sup>11</sup> Estes exemplos reforçam, mais uma vez, o fato de que a opinião de Robert King Hall era utilizada para legitimar políticas nacionais.

Em outubro de 1948, Hall publicou no *Bulletin of the Pan American Union* um novo artigo acerca do ensino industrial brasileiro. Desta feita, o pesquisador apresentou a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). O objetivo de Hall era semelhante ao de Griffin: provar que a CBAI resultava do interesse dos Estados Unidos em cooperar e contribuir com o desenvolvimento econômico do Brasil.

A criação da CBAI resultava da urgência de se obter professores e administradores qualificados para assumirem as escolas industriais que estavam sendo criadas no Brasil. Por conta disso, os recursos estavam direcionados, prioritariamente, para a formação de professores e preparação de material didático. Foram estes dois elementos focalizados por Hall em seu artigo (Hall, 1948b, p.576). Segundo o pesquisador, o programa de formação de professores desenvolvia-se em duas frentes: treinamento para diretores em serviço realizado no Brasil e seleção de instrutores para um período de estudos nos Estados Unidos. Este último seria voltado para diretores de escolas industriais nacionais e um pequeno grupo de professores selecionados (Hall, 1948b, p.577).

O primeiro treinamento no Brasil, indicava Hall, tinha ocorrido em 1947 e selecionado 27 diretores e cinco professores de disciplinas técnicas para um workshop de cinco semanas no Rio de Janeiro. Durante esse período, discutiram-se temas referentes aos métodos de ensino, análise de empregos, seleção de candidatos para cursos industriais, matrícula e frequências, finanças e uso de cinema para fins instrucionais (Hall, 1948b, p.577). No mesmo ano, 43 brasileiros foram selecionados para um curso de quatro meses a fim de prepará-los para uma viagem aos Estados Unidos. Neste curso, além do inglês, estudaram a estruturação da educação industrial nos Estados Unidos e os hábitos e culturas estadunidenses. Segundo Hall, três grupos já haviam sido enviados para o *Pennsylvania State College* para um curso de 15 semanas (Hall, 1948b, p.578).

Na avaliação do pesquisador estadunidense, “não pode haver dúvida sobre o valor deste treinamento”, destacando-se o “espírito quase missionário” e o entusiasmo que esta experiência proporcionaria nos brasileiros que embarcaram para estudar nos Estados Unidos: “Nenhum

---

**Biográfico Brasileiro pós 1930.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

11 Positivos os indícios de que a criação do SENAI foi um ato acertado da indústria. **Correio Paulistano.** São Paulo. Quinta-feira, 07 de abril de 1940, p. 05.



estudioso da educação brasileira pode deixar de ficar impressionado com o tremendo efeito sobre o sistema criado pelo retorno ao Brasil de um mero punhado de educadores formados nos Estados Unidos” (Hall, 1948b, p.579). A experiência nos Estados Unidos contribuiria substancialmente, segundo Hall, para o desenvolvimento brasileiro através da disseminação dos conhecimentos adquiridos pelos técnicos enviados. Ao retornar ao Brasil, eles seriam os responsáveis por coordenar as escolas industriais e reproduzir uma estrutura semelhante à que haviam encontrado nos Estados Unidos, adaptando-a à realidade local.

Outra atividade da comissão destacada por Hall foi a preparação de materiais didáticos adequados ao ensino industrial, como a tradução de livros estadunidenses: “A CBAI adquiriu os direitos de tradução e replicação em português, para distribuição oficial, mas não para venda, de uma série de obras, trabalhos americanos sobre educação industrial” (Hall, 1948b, p.579). Ao traduzir tais livros, a CBAI buscava disseminar no Brasil o modelo de educação industrial a partir de moldes estadunidenses.

A CBAI foi marcada pelo interesse do governo estadunidense em manter sua cooperação com o Brasil em bases técnicas, influenciando os rumos da economia do seu principal aliado na América do Sul. Ao mesmo tempo, ela também era uma resposta a solicitações e demandas brasileiras, surgidas com o crescimento industrial pelo qual o país passava desde o Estado Novo. A necessidade de formação especializada de professores para o ensino industrial fez com que o Brasil aderisse ao projeto (Falcão; Cunha L. 2009; Amorim, 2007).

### 5. Considerações finais

Os textos de Hall evidenciavam o papel preponderante dos técnicos estadunidenses no processo de formação de diretores e professores especializados destinados ao ensino industrial. O próprio autor via neste processo o caminho mais viável para o desenvolvimento da educação técnica brasileira. Isso fica evidente quando o pesquisador tece elogios às iniciativas como a CBAI que promovia a qualificação profissional e divulgação de materiais técnicos utilizando os Estados Unidos como principal modelo para o Brasil.

Se a CBAI expressava um movimento de disseminação de modelos e ideias dos Estados Unidos para o Brasil, a experiência do SENAI, relatada pelo pesquisador estadunidense, revelava o





protagonismo brasileiro na criação de instituições educacionais, destinadas a atender as demandas locais e que serviria de referência para outros países. O entusiasmo de Hall com o programa foi materializado na sugestão para adoção deste modelo pelo governo iraniano. A indicação parece ter surgido da experiência e conhecimento que Hall possuía da educação latino-americana, o que revela, a circulação de suas ideias educacionais entre os vários e distintos espaços geográficos e culturais pelos quais percorreu ao longo da sua trajetória.

Robert King Hall não foi somente um pesquisador disposto a transmitir modelos educacionais estadunidenses, mas também como alguém que se transformou e construiu suas ideias mediante os contatos que estabeleceu com intelectuais e a realidade educacional brasileira, e, a partir deles, com outros atores e regiões às quais essas experiências o levaram. Isso pôde ser percebido nas conexões que ele estabeleceu entre suas observações no Brasil e o contexto iraniano, quando ele utilizou dos conhecimentos aqui adquiridos para propor modelos escolares naquele país.

## Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. A economia brasileira (1930-1980). In: In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina (Vol. X) - A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil.** São Paulo: UNESP, 2018, p.581-698.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988).** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O presidente desiludido: pêndulo de política econômica no governo Dutra (1946-1951). **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica**, ABPHE, Caxambu – MG, 2003, p.01-25.

BETHELL, Leslie. Política no Brasil sob a República Liberal (1946-1964). In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina (Vol. X) - A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil.** São Paulo: UNESP, 2018, p.385-464.





BRASIL. Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1942. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/De14048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De14048.htm). Acesso em 18 de setembro de 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Promulga a Lei Orgânica de Ensino Industrial. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 de setembro de 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.724, de 03 de setembro de 1946. Aprova o acordo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e a Inter-American Educational Foundation Inc., sobre educação industrial vocacional. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9724-3-setembro-1946-458393-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 de setembro de 2023.

CALICCHIO, Vera. Missão Abbink. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kDL37>. Acesso em 28 de dezembro de 2023.

CREMIN, Lawrence A.; SHANNON, David A.; TOWNSEND, Mary Evelyn. **History of Teachers College Columbia University**. New York: Columbia University Press, 1954.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, maio/jun./jul. 2000, p.89-193.

CUNHA, Luiz Antônio. O SENAI e a sistematização da aprendizagem industrial. **Síntese: Revista de Filosofia**, v.8, n.22, 1981, p.83-111.



DAMASCENO, Natália Abreu. **O Programa Ponto IV e a articulação de projetos estadunidenses de desenvolvimento para a América Latina (1949-1954)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. 1961.

GRIFFING, John B. Cooperação Brasileiro-Americana de Ensino Industrial. **Boletim da CBAI**, nº 01, janeiro de 1947, p.01.

HALL, Robert King. Seven-Year Plan in Iran. **The Year Book of Education**, 1954, p.278-291.

HALL, Robert King. Industrial Education in Brazil. **Bulletin of Pan American Union**, September 1948c, p.497.

HALL, Robert King. The CBAI: Brazilian-United States cooperation in industrial Education. **Bulletin of the Pan American Union**, October 1948d, p.576-577.

HILTON, Stanley E. The United States, Brazil, and Cold War (1945-1960): End of the Special Relationship. **The Journal of American History**, Vol. 68, Nº 3, Dec./1981, p.599-624.

HIST, Monica. **Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MÜLLER, M. T. O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 189–211, 2012.

ROCHA, Ana Cristina Matos. **Entre o Brasil e os Estados Unidos: intelectuais, ideias e projetos de educação (1927-1935)**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, Fiocruz, 2020.



ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SABIONI, Gustavo Soares; BORGES, José Marcondes (Org.). John Benjamin Griffing. **Personagens e Pioneiros da UFV**. Universidade Federal de Viçosa, 2016. Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=john>. Acesso em 18 de setembro de 2023.

SECORD, James A. Knowledge in Transit. *Isis*, Vol.95, No. 4, December 2004, pp.654-672.

SILVA, Luciano Pereira da. Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). **História (Online)**, 2010, v.29, n.01, p.402.

VALE, Eustácio de Medeiros; PIRES, Miriam; BERTERO, Carlos Osmar; SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. Caminhos diferentes da americanização na educação em administração no Brasil: a EAESP/FGV e a FEA/USP. **Administração: Ensino e Pesquisa**, vol.14, n.04, out./dez. 2013, p. 837-872.

**Artigo submetido em 22/07/2023, aceito em 13/10/2023 e publicado em 12/10/2023.**

